

05.01.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores

Delegação: identificada na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Deputados Manuela Tender (PSD, que presidiu à reunião), Laura Monteiro Magalhães (PSD), Ana Virgínia Pereira (PCP) Maria Germana Rocha (PSD) e Pedro Alves (PSD).

Assunto: Apresentação de propostas que visam dar resposta aos problemas que afetam os docentes e o sistema de ensino em Portugal, bem como de pré-projeto que contemple um regime especial dos docentes portadores de deficiências e incapacidades.

Exposição: A Deputada Manuela Tender (PSD), que presidia à reunião, cumprimentou os representantes do Sindicato Independente de Professores e Educadores, indicou-lhes a grelha de tempos da reunião, identificou os Deputados presentes, bem como os assessores do BE e do PSD e passou depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes do Sindicato agradeceram a audiência e indicaram que iam apresentar propostas para a nova legislatura, para um processo negocial, visando dar resposta aos problemas que afetavam os docentes e o sistema de ensino em Portugal, bem como um pré-projeto de regime especial de aposentação (as propostas estão disponíveis na [página da Comissão](#)).

Defendendo a Educação como uma prioridade, discordaram da política neoliberal que tinha sido seguida na escola pública nos últimos quatro anos, diminuindo os seus meios e tornando-a muito seletiva, burocratizando-a, potenciando a exclusão, desprezando a educação sexual, a educação artística e a formação pessoal, fazendo cortes nos docentes, gerando aumento do insucesso escolar, diminuindo a taxa de cobertura pré-escolar, fechando escolas públicas e aumentando as escolas privadas.

Manifestaram-se também contra o enfoque excessivo nas disciplinas de Português e Matemática e defenderam uma educação integral, entendendo que a escola pública não respondia a todos e não permitia um desenvolvimento integral.

Concordaram com o término da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, manifestaram-se contra qualquer prova de ingresso, propondo o investimento na formação inicial e contínua e pediram o descongelamento das carreiras e a aprovação de um melhor vencimento para os professores.

Indicaram depois que os docentes que foram vinculados em 2013 e 2014 não progrediam na carreira, mantendo a mesma remuneração que tinham como contratados. Pediram também a regulamentação que permitisse a progressão dos docentes para o 5.º escalão em 2010.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Equacionaram depois os horários de trabalho dos docentes do 1.º ciclo e dos educadores, pedindo um regime igual ao dos restantes docentes e solicitaram a concentração no período da manhã das disciplinas curriculares do 1.º ciclo. Concordaram com a eliminação do regime de requalificação dos docentes e solicitaram a aprovação de um regime especial de aposentação, atento o desgaste rápido que a carreira exige.

Equacionaram depois a eleição dos Diretores por todos os agentes educativos, a necessidade de repensar a criação dos mega agrupamentos, a gestão das atividades extracurriculares, o maior acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, a reintrodução das disciplinas de Formação Cívica e Área de Projeto e o aumento da carga horária da disciplina de Educação Visual e Tecnológica.

Manifestaram-se contra a “municipalização” do ensino, considerando que as câmaras não tinham competências pedagógicas na matéria, e a hipótese de cheque-ensino e defenderam que o ensino privado não devia obter financiamentos públicos que criassem assimetrias.

Realçaram depois a importância da Educação de Adultos, a necessidade de os *rankings* passarem a espelhar a diferença de realidades entre os alunos das escolas públicas e privadas e o facto dos dados recentes do Conselho Nacional de Educação permitirem constatar um recuo na taxa de pré-escolarização, o crescimento do insucesso escolar e uma taxa de adultos inscritos em ações de formação igual à do ano de 1987/1988.

Por último, apresentaram um pré-projeto com um regime especial de aposentação para os docentes portadores de deficiências e incapacidades, tendo por base estudos e exemplos internacionais, o qual fazia uma divisão por tipo de incapacidade e em síntese previa a aposentação dos docentes com incapacidade com menos tempo de serviço e sem penalização por esse facto.

Interveio de seguida a Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP), agradecendo as propostas e informando que o PCP as acompanhava.

A Deputada Germana Rocha (PSD) agradeceu as propostas e indicou que iam proceder à sua análise e ponderação.

Não tendo sido colocadas questões pelos Deputados presentes e tendo os representantes do SIPE feito uma apresentação alargada na fase inicial, que ultrapassou o tempo atribuído para a intervenção inicial e a final, não fizeram nenhuma intervenção final.

A documentação entregue e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 05 de janeiro de 2016

A assessora

Teresa Fernandes